



Dinâmicas de transformação da paisagem rural-urbana em cidades médias: o caso de Passo Fundo, Rio Grande do Sul

Bruno Gallina*
Reynaldo Lírio de Mello Neto**

Abstract

The issue related to the limits of cities emerges from the discussion about sustainability, which highlights the importance of rural and productive activities to support urban life, as well as the incomplete urbanization process that has taken place in the Brazilian cities. Based on these two aspects, the authors seek to trace the characteristics of the rural-urban landscape of the city of Passo Fundo (Brazil). They analyze the socio-economic and legal dynamics that influence the urban space and verify how these aspects influence the landscape and its changes over time.

Keywords: urban planning, landscape, rural-urban interface, urban legislation, urban perimeter

El tema relacionado con los límites de la ciudad surge por un lado de las discusiones sobre sostenibilidad, donde se identificó la importancia de los medios rurales y productivos para sustentar la vida urbana y, por otro lado, la urbanización incompleta que ha tenido lugar en las ciudades brasileras. Con base en esto, los autores intentan identificar el tipo de paisaje que interactúa a nivel urbano-rural en la ciudad de Passo Fundo (Brasil). Analizan las dinámicas socioeconómicas y legales que influyen en el espacio urbano, y verifican cómo estas materializan el paisaje y sus cambios en el tiempo.

Palabras clave: planificación urbana, paisaje, interfaz urbano-rural, legislación urbana, perímetro urbano

La questione riguardante i limiti della città emerge da un lato dalle discussioni sulla sostenibilità, da cui si evidenzia l'importanza dei mezzi rurali e produttivi a supporto della vita urbana, e, dall'altro, dall'urbanizzazione incompleta che caratterizza le città brasiliane. Ciò premesso, gli autori cercano di individuare la tipologia di paesaggio che si interfaccia a livello urbano-rurale nella città di Passo Fundo (Brasile). Analizzano le dinamiche socio-economiche e giuridiche che influenzano lo spazio urbano, e verificano come queste materializzino il paesaggio e i suoi cambiamenti nel tempo.

Parole chiave: pianificazione urbana, paesaggio, interfaccia urbano-rurale, legislazione urbana, perimetro urbano

A problemática relacionada aos limites urbanos emerge, por um lado, a partir das discussões acerca da sustentabilidade, onde se evidenciou a importância do meio rural e produtivo para o suporte à vida urbana e, por outro lado, pela urbanização incompleta que vem ocorrendo nos centros urbanos brasileiros. Isto posto, os autores tentam identificar o tipo de paisagem que faz interface em nível urbano-rural na cidade de Passo Fundo (Brasil). Eles analisam as dinâmicas socioeconômicas e jurídicas que influenciam o espaço urbano, e verificam como estas materializam a paisagem e suas mudanças ao longo do tempo.

Palavras chave: planejamento urbano, paisagem, interface rural-urbana, legislação urbanística, perímetro urbano

* Universidade federal do Rio Grande do Sul (Brasil); e-mail: bruno.bg@hotmail.com.

** Universidade federal do Rio Grande do Sul (Brasil); e-mail: reynaldo.neto@gmail.com.



Introdução

O presente artigo visa caracterizar a paisagem na interface rural-urbana, buscando identificar as dinâmicas que constituíram este espaço. Toma-se como estudo de caso o município de Passo Fundo, tendo em vista a gama de processos socioeconômicos e legais que incidiram sobre essa área, ora estimulando a expansão da urbanização sobre o rural, ora contendo-a. A temática referente a relação rural-urbano emerge associada à questão da sustentabilidade onde verificou-se que é nestas áreas que se localizam os recursos naturais que dão suporte à vida nas cidades (produção de alimento, mananciais de abastecimento de água), assim como são responsáveis pela manutenção do ecossistema ali presente (Miranda, 2009).

O processo de urbanização ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980 em virtude da industrialização e do êxodo rural gerou distorções sociais e ampliou as desigualdades sociais. Em termos espaciais, esse processo demandou novas áreas passíveis de urbanização, o que gerou a ampliação do perímetro urbano e, como consequência a periferização da população de baixa renda em áreas não infraestruturadas e o avanço da urbanização sobre áreas produtivas e naturais (Santoro, Cobra e Bonduki, 2010).

Se, em um primeiro momento, o espaço rural era valorizado e o urbano dependente dele, no momento em que a cidade passa a ser a principal produtora de riqueza, essa lógica se inverte, ficando o rural em segundo plano (Monte-Mór, 2006). Por outro lado, hoje há uma tendência na ressignificação do rural, ao considerar diversos aspectos como a modernização da agricultura, a segurança alimentar, a preservação do ambiente natural e o turismo. Essa ressignificação acontece em um contexto novo, da urbanização extensiva, definida por Monte-Mór (2006: 24) como aquele em que «reúne a extensão das condições gerais de produção e meios de consumo coletivo ao espaço como um todo», processo este que se inicia na cidade, mas hoje deixa de estar relacionado apenas a ela, assumindo formas pulverizadas, atingindo de maneira fragmentada o território, alterando as relações e processos socioeconômicos inclusive no meio rural (Limonad, 2009; Monte-Mór, 2006).

Santoro (2014) aponta duas dinâmicas econômicas distintas em relação ao espraiamento urbano: a primeira, de forma dispersa, onde houve o declínio da produção agrícola, reduzindo a renda sobre o solo rural. A segunda refere-se aos municípios com forte atividade agrícola e agroexportadora, onde a ocupação urbana tende a ser contida e contígua ao núcleo existente, justamente pelo alto valor extraído da renda da terra rural. A dinâmica agroexportadora está relacionada diretamente aos processos de modernização da produção inserindo esses lugares ao circuito internacional, o que Santos (2020) denominou como agricultura científica globalizada, submetida à racionalidade externa. Estas dinâmicas refletem diretamente sobre o controle urbanístico, especialmente aquela referente ao perímetro urbano. Nesse contexto, a importância do papel do perímetro urbano enquanto legislação urbanística vem sendo discutida, destacando seus reflexos tanto a partir da perspectiva do urbano (processos de



segregação socioespacial, maiores distâncias a serem percorridas, custos de urbanização) como da perspectiva do meio rural e natural (perda do espaço produtivo, degradação ambiental) (Miranda, 2009; Santoro, 2014; Gabe, 2017; Balestro, 2019).

Passo Fundo, objeto de estudo deste artigo se enquadra na segunda categoria. O município, dentro da estratégia de cidades médias desenvolvido no período referente ao regime militar para conter o êxodo rural no período, viu perder área e, especialmente área produtiva a partir da necessidade de terras urbanizáveis e pelas sucessivas emancipações de distritos. Desse modo, a partir do Plano diretor de desenvolvimento urbano (Pddu), elaborado em 1979 e aprovado em 1984, o poder público municipal buscou conter o espraiamento urbano através da delimitação do perímetro urbano nos limites das áreas já parceladas até então. A permanência desta poligonal seguiu com a promulgação do Plano diretor de desenvolvimento integrado (Pddi), aprovado em 2006, com pequenas ampliações em relação a área demarcada até então.

Isso posto e partindo do pressuposto que a ideia de urbano e rural não é estanque, o presente artigo busca, através da leitura da paisagem, identificar e analisar as dinâmicas de transformação recentes (1988-2020), apontando o tipo de ocupação predominante na interface rural-urbano, espaço esse considerado de transição entre estes dois âmbitos, tendo como matriz a legislação urbanística e as dinâmicas socioeconômicas.

Santos (2009^a: 103) conceitua a paisagem como transtemporal, «um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza». Nesse sentido, considera-se a leitura da paisagem fundamental para compreender como as ações ao longo do tempo refletiram na materialidade.

1. Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se abordagem qualitativa de modo a alcançar o objetivo definido, a partir do referencial teórico exposto na seção seguinte. A metodologia foi construída em duas escalas – macroescala e casos específicos – e em três etapas: A macroescala buscou análise das dinâmicas em âmbito municipal e consistiu em: 1) reconstrução histórica das dinâmicas socioeconômicas e legais; 2) análise da cobertura do uso do solo através de sensoriamento remoto para 1988 e 2018; para os casos específicos, foram selecionadas quatro áreas onde buscou-se uma análise aproximada da paisagem e foi desenvolvida com o auxílio de 3) narrativas gráficas.

A construção histórica das dinâmicas socioeconômicas e do aparato legislativo municipal referente ao regramento do perímetro urbano e do uso do solo (Pddu, 1984 e Pddi, 2006 e suas alterações) auxiliou a identificar as ações que construíram o espaço e formaram as diferentes paisagens – as rugosidades, como definido por Milton Santos (2009). Para a análise da



cobertura do solo recorreu-se ao Projeto de mapeamento anual da cobertura e uso do solo no Brasil¹, e seu *plug-in* MapBiomas 4.1 para *Qgis*. Este projeto possui a classificação da cobertura do solo de todo o Brasil. A partir da seleção da área do município foi possível extrair os mapeamentos e estatísticas de acordo com a seguinte classificação: agropecuária (agricultura e pecuária), infraestrutura urbana, florestas e corpos d'água. Essa análise permitiu observar a evolução das alterações da cobertura do solo, especificamente o avanço da urbanização sobre o meio natural e produtivo.

A partir dos mapas gerados, identificaram-se três diferentes dinâmicas na interface rural-urbana: 1) delimitação clara entre rural e urbano; 2) expansão do urbano sobre o rural e 3) permanência do rural no urbano. Considerando estas dinâmicas, foram mapeadas e analisadas áreas limítrofes ao perímetro urbano da cidade de Passo Fundo que apresentassem as características morfológicas identificadas. Neste sentido, foram selecionadas três áreas distintas que apresentam tais características com o intuito de realizar uma leitura interpretativa da paisagem através das narrativas gráficas (Trusiani, Rigatti, 2017).

Com o intuito de compreender as características estruturais da paisagem através da análise de características identitárias e perceptivas, foram comparadas e identificadas as relações entre a paisagem rural e a urbana. Tais relações compreendem possíveis interações e, também, os contrastes que se observam através dos aspectos estético-perceptivos do território.

Neste sentido, neste trabalho, a paisagem rural é caracterizada como aquela que conserva relevantes elementos naturais que estruturam a paisagem, sejam eles geológicos, hidrológicos ou a vegetação em si, bem como os elementos referentes à produção agrícola. Entende-se como paisagem urbana aquela composta pelas edificações e equipamentos urbanos que se apresentam de forma não isolada, ou seja, aquela que configura uma estrutura morfológica que seja percebida como tal por suas características de conjunto. Importante ressaltar que, por exemplo, uma edificação ou uma estrada por si só não configuram uma paisagem urbana, embora sejam elementos construídos.

Estas características foram identificadas a partir de levantamento fotográfico, com o intuito de reconstituir a situação existente e analisá-la de forma crítica. Posteriormente, foram elaborados desenhos de representação gráfica sobre as fotografias, possibilitando a identificação clara dos elementos rurais e urbanos que estruturam a paisagem. A escolha pela representação gráfica da paisagem rural pretendeu diferenciá-la da urbana, com a finalidade de realizar uma leitura crítica dos conteúdos e elementos identificados, gerando assim descrições gráficas e análises dessas paisagens. A partir dos métodos acima descritos, foram elaboradas reflexões acerca das alterações na paisagem da interface rural-urbana do município de Passo Fundo, RS.

¹ Em <https://mapbiomas.org/>, acessado em 2 agosto 2020.



2. Paisagem: elementos e leituras

A paisagem pode ser entendida como o conjunto de formas que materializam as relações entre o homem e a natureza, caracterizando um determinado espaço através do conjunto dos elementos que o compõem, tanto naturais quanto artificiais (Santos, 2009^a). Para o autor, a paisagem faz parte do conjunto de sistemas de ações que compreendem o espaço. Neste contexto, entende-se que a paisagem é o conjunto de elementos naturais e artificiais de um determinado espaço, sujeito às ações da sociedade. Entende-se como paisagem natural aquela intocada pelo homem. Já a paisagem artificial corresponde aquela modificada pelos seres humanos. A paisagem é, portanto, o conjunto heterogêneo de formas artificiais e naturais, sendo que a percepção varia de indivíduo para indivíduo (Santos, 2009^a).

Quaisquer ações na paisagem resultam em alterações morfológicas, tanto nos processos naturais quanto nos sociais (Magnoli, 1982 *apud* Queiroga, Benfatti, 2007). Macedo (2001) se aproxima dos autores acima referidos ao compreender a paisagem como uma expressão morfológica de um determinado tempo, estando em constante transformação devido às dinâmicas sociais e naturais, incluindo os espaços naturais e os espaços urbanos.

Para compreensão e avaliação da paisagem é preciso entendê-la a partir de uma visão sistêmica, onde diversas categorias e elementos se congregaram dentro de um contexto maior, constituindo, assim, a aquilo que se denomina como paisagem. Alguns destes elementos são: Massas de edificações, estruturas urbanas, cobertura vegetal e suporte físico (solo, águas e as dinâmicas que ocorrem). Queiroga e Benfatti (2007), ao apontarem para os diferentes estados da paisagem, apresentam as ações da população, das empresas e instituições como elementos transformadores da paisagem, juntamente com os fenômenos naturais. A produção da paisagem a partir das ações da sociedade é, portanto, uma resposta ao desenho gerado pela legislação (urbanística, ambiental), proporcionando – ou não – qualidade de vida e estímulos sociais (Piccinini, Trusiani, 2010). Além destes elementos, Verdum (2012) apresenta uma outra variável que interfere na apreensão da paisagem: o tempo. Ao citar Bertand (1995), o autor sugere que a escala temporal propicia dinâmicas e características que podem alterar a paisagem.

Neste sentido, a produção da paisagem está sujeita à diversas condicionantes, seja nos centros urbanos ou em áreas rurais. Torna-se necessário, portanto, um olhar atento para a produção da paisagem em ambos os espaços e, em especial, na interface entre eles. Cullen (1971) utiliza o termo ‘desurbanismo’ como um dos elementos possíveis de serem observados na paisagem, considerando a paisagem rural com interferências de elementos urbanos ou a paisagem considerada urbana, porém com características rurais. Ou seja, para aquele autor, áreas com características controversas, como grandes condomínios em meio à paisagem rural ou grandes vazios em áreas urbanizadas, geram uma sensação de ‘desurbanismo’. Entende-se, portanto, que a paisagem gerada em áreas com características tanto urbanas quanto rurais necessitam um olhar atento, com o intuito de verificar como as dinâmicas interferem na sua leitura.



3. Interface rural-urbano: das dinâmicas às questões legais

Todo o espaço que circunda a área urbanizada é periurbano, sendo a interação entre o urbano e rural denominado 'interface'. Caracterizado por processos econômicos e sociais distintos, forma-se um espaço híbrido, onde tende a não ficar claro os limites entre urbano e rural e, assim, dificultar a análise a partir de conceitos tradicionais (dicotomia rural-urbano) (Delgado, Galindo, 2006). Nesse sentido, Prudente (2014: 1261) define a interface rural-urbano como «a região de fronteira entre os espaços urbanos e rurais, a qual não é estanque, pois possui características de ambos, independente de delimitações teóricas e empíricas, físicas ou legais». Miranda (2009) trata destas áreas como 'transição rural-urbana', definindo-as como

espaços plurifuncionais, em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais – presença dispersa e fragmentada de usos e ausência de estrutura urbana coerente que proporcione unidade espacial, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano (Miranda, 2009: 30).

Miranda (2009) pondera que, embora a ideia de urbanização abarque todos os processos e os diferentes territórios e assim a dicotomia rural-urbano passe a não fazer mais sentido – como trazido acima em Limonad (2009) e Monte-Mór (2006) – essa diferenciação é pertinente para caracterização dos processos espaciais e suas transformações refletidas na materialidade, e dessa maneira analisar os efeitos e reverberações dessas dinâmicas. Monte-Mór (1994) aponta para necessidade de pensar os espaços urbanizados além do espaço construído, abarcando a periferia destes espaços, inclusive os locais protourbanos e o espaço rural. Nesse sentido, o processo de expansão está relacionado à transformação do espaço natural e produtivo em espaço construído (Monte-Mór, 1994), em que pese a gama de possibilidades que este pode assumir, coexistindo funcionalmente no tempo e espaço (Delgado, Galindo, 2006).

Miranda (2009) aponta a dificuldade em caracterizar a interface rural-urbana tendo em vista que os limites administrativos (Plano diretor, lei de perímetro urbano), tendem a não representar efetivamente essa relação. Nestas áreas, o território usualmente apresenta características de «dispersão, diversidade de processos, continuidades e discontinuidades, e a baixa densidade» (Miranda, 2009: 32). Nessa linha de pensamento, Machado (2014) se refere aos limites do perímetro urbano como aquelas áreas em que há maior diversidade de ocupação e, conseqüentemente, abriga paisagens mistas, justamente por representar a transição entre a urbano e o rural.

Fatores econômicos influenciam diretamente sobre essa problemática. A interface rural-urbana representa áreas especialmente sensíveis pois retratam o avanço e a influência do urbano sobre o rural, ampliando o processo de periurbanização e o consumo de áreas destinadas a preservação natural e produção agrícola. Este processo é ditado pelo interesse de diversos grupos que buscam



ampliar seu rendimento através do capital imobiliário, identificando submercados para atuação (Miranda, 2009), sendo que as rápidas alterações que se sucedem nestes espaços pouco parecem estar relacionados ao planejamento e o desenvolvimento sustentável e mais com a lógica de acumulação do capital (Machado, 2014). Nesse sentido, a conversão de solo rural em urbano implica diretamente na valorização do preço da terra, refletindo em ganhos para o proprietário (Santoro, 2014). Para o poder público, por um lado há os ganhos com a possibilidade de cobrança de Iptu – geralmente insuficiente frente às novas demandas –, por outro, o ônus da urbanização e infraestruturação destas áreas (Santoro, Cobra, Bunduki, 2010).

Sob a perspectiva da produção agrícola, há duas dinâmicas identificadas por Santoro (2014), apresentada anteriormente, abarcando o potencial de rendimento da terra agrícola. Para Santos (2009^b), o país pode ser dividido entre aqueles espaços que passaram pelos processos de modernização das técnicas e os que esse processo é incompleto ou inexistente, criando não apenas uma hierarquia entre os diferentes lugares, como ampliando a desigualdade. A agricultura passa a ser científica – assimilação das novas tecnologias e globalizada, respondendo à racionalidade externa e é, justamente, a modernização associada ao modelo exportador adotado que criou espaços mais ricos, com crescimento econômico contínuo, o que favoreceu a estes centros urbanos certa estabilidade e controle referentes às áreas urbanizadas (Santos, 2009^b; 2020). Nesse sentido há uma relação de mão-dupla entre cidade e campo: o campo precisa de área de cultivo, associado à ciência e a técnica buscando ampliar exponencialmente a relação entre produção e área plantada; por outro, a cidade é o espaço de chegada das novas tecnologias, estoque de insumos agrícolas, local que favorece a logística de transporte, bem como dá suporte às atividades do campo, residência, localização de empresas e instituição de crédito, espaço de consumo (Santos, 2009^b; 2020).

Sobre o estudo da relação rural-urbano, Machado (2014) aponta a ideia *continuum*, onde aborda a urbanização como processo de mudança da sociedade, e que influencia também o espaço rural. Nessa segunda abordagem, a diferença se daria por intensidade e níveis, e não por contraste, como na dicotomia rural-urbano. Nesse sentido, Monte-Mór (1994) aponta para a necessidade de identificar os diferentes tipos e níveis de ocupação e seus impactos sobre o espaço natural: 1) loteamentos periféricos sobre vegetação nativa e de urbanização incompleta; 2) loteamentos de chácaras e pequenos sítios; 3) áreas industriais e núcleos comerciais, de logística e de serviços; 4) condomínios residenciais fechados destinados a classe alta, com níveis ótimos de conservação da natureza; entre outros.

Nesse contexto, é fundamental compreender os mecanismos, instrumentos e forças que atuam sobre o regramento legal para identificar como este território é construído. A flexibilização do perímetro urbano permite a expansão das áreas passíveis de urbanização sobre o ambiente produtivo e natural. A expansão da área urbana ocorre em duas frentes: via mercado informal ou via mercado formal (Santoro, 2014). A produção via mercado formal está centrada na possibilidade de lotear, destinado principalmente às classes baixas, em áreas usualmente segregadas e de urbanização incompleta e, recentemente, nos condomínios residenciais fechados,



destinados a alta renda, cercado por amenidades naturais, amplos terrenos e alta acessibilidade através de rodovias e uso do automóvel (Santoro, 2014). Ou através de ação direta do Estado, na provisão de programas habitacionais, destinados a população de baixa renda, ou mesmo com o gravame de Zonas especiais de interesse social (Zeis), instrumento do Estatuto da cidade (Ec) que, em teoria, deveria garantir o direito à cidade a esta população. Ainda, através da destinação de espaços de distritos industriais e logísticos. Já via mercado informal, a tendência é a ocupação do leito de vias e rodovias que garantam acesso a população de baixa renda, seja via loteamentos irregulares ou clandestino, ou ocupação espontânea, ambos baseados no sistema de autoconstrução (Santoro, 2014).

O perímetro urbano nem sempre é aplicado de forma a contemplar a realidade, por vezes definido de forma genérica ou arbitrária, sendo que sua flexibilização ocorre igualmente sem critérios técnicos, mas a partir de demandas do mercado imobiliário (Santoro, 2014). Além disso, a autora aponta para a existência de normas híbridas, negociadas caso a caso para a viabilização de determinado empreendimento, favorecendo a expansão urbana, ainda que não alterem os limites do perímetro urbano em si. De modo geral, há três casos: 1) regulamentação de condomínios fechados; 2) para a população de baixa renda, o gravame de Zeis para a implantação de empreendimentos habitacionais, somado a isso o aumento dos potenciais construtivos de modo a aumentar a renda sobre a terra agora urbana, e ainda a implantação na modalidade de condomínios verticais criando fragmentos de alta densidade próximo às bordas urbanas; 3) regularização fundiária de ocupação irregulares, e assim, incorporando áreas rurais ao mercado urbano formal, sendo que ambos os casos ampliam a segregação socioespacial (Santoro, 2014).

Desse modo, município deve ser capaz de planejar e gerir o território como um todo e articular tanto a interface rural-urbana como às questões regionais. A complexidade da cidade vai além das demandas estritas da urbanização, onde devem estar contemplados as dinâmicas naturais e produtivas. O Estatuto da cidade, Ec, dispõe de instrumentos que propiciam este controle, bem como para a recuperação da valorização obtida pela conversão do solo rural em urbano, entretanto o processo de planejamento demanda vontade política calcada sobre o princípio da função social da propriedade e não sob as demandas dos agentes econômicos (Santoro, Cobra, Bunduki, 2010).

4. Passo Fundo: a construção da paisagem na interface rural-urbano

Passo Fundo é um município localizado no Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Possui população de 184.823 habitantes, segundo Censo 2010 e população estimada para 2019 de 203.275 habitantes. É considerado uma cidade média², tendo em vista o papel que o município

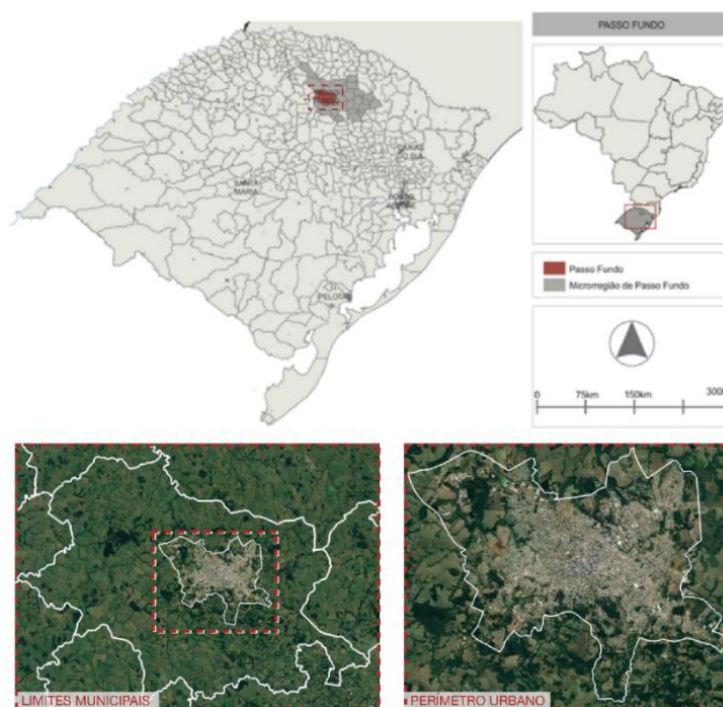
² As cidades médias cumprem importante papel dentro da rede urbana pois acolhem os fluxos e demandas provenientes dos pequenos núcleos e representam espaços de inovação urbana frente às atividades agrárias modernizadas (Soares, Ueda, 2007).



desempenha tanto regionalmente através da prestação de serviços, sobretudo saúde e ensino superior, como nacional e internacionalmente, por ser polo do agronegócio (Sobarzo, 2010). O município é formado por cinco distritos, sendo que sede urbana concentra 97,4% da população. A Figura 1 apresenta a localização do município e a área urbana.

As atividades agrícolas tem relação direta com o desenvolvimento econômico do município. Entre o final do século XIX e início do século XX, a principal atividade estava centrada na exploração florestal e no comércio de madeira. A chegada da ferrovia em 1898 conectando à Cruz Alta e em 1910, à Marcelino Ramos, impulsionou a produção e o crescimento. A matriz produtiva foi se alterando, sendo que a partir da década de 1940, houve o estímulo da produção do trigo, destinado ao abastecimento nacional. A construção de rodovias entre 1940 e 1970, junto à ferrovia, consolidou o município enquanto entreposto logístico. A partir da década de 1960, sob incentivo do governo federal, a produção de soja passa a ser o principal produto destinado não somente ao consumo interno, como também à exportação (Sobarzo, 2010). A partir da década de 1990 há a ampliação da agroindústria através de novos arranjos produtivos associados aos produtores rurais e a indústria de aves e suínos, facilitados pelas características de comércio regional (Fritz Filho *et al.*, 2018).

Figura 1 - Localização do município

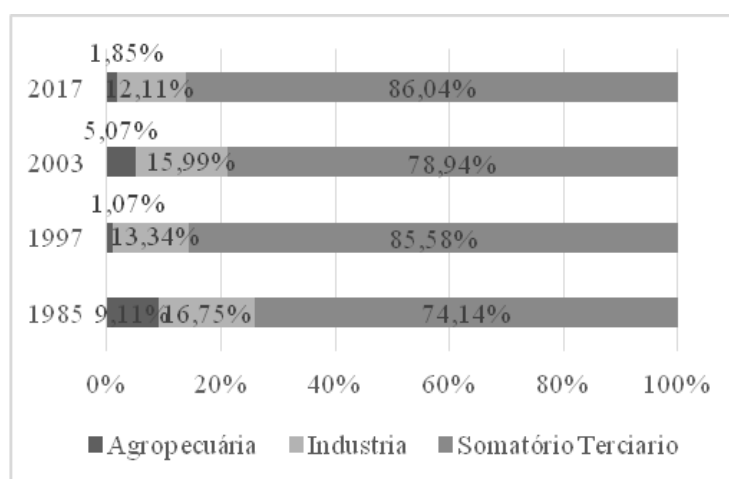


Fonte: Elaborado pelos autores.



O Gráfico 1 apresenta o Valor adicionado bruto³ (Vab) do município em quatro momentos. É possível observar a predominância do setor terciário e o declínio da participação da agropecuária. Ao contrário do que isso possa demonstrar, a agropecuária segue tendo relevância ao considerarmos que Passo Fundo segue sendo polo de uma região produtora, agregando-a ao complexo agroindustrial e gerador de demanda por serviços urbanos (Sobarzo, 2010), bem como segue tendo importância em termos de área cultivada, sobretudo ao considerarmos o processo de modernização que possibilitou o aumento da produtividade em relação a área de cultivo. Para se compreender a importância da agropecuária, podemos recorrer aos dados de exportação do município: o valor referente a 2019 alcançou US\$ 1.188,21 bi; sendo que 87% deste valor é referente ao cultivo da soja⁴.

Gráfico 1 - Vab do município em 1985, 1997, 2003, 2017



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações da Fundação de economia e estatística (Fee-Rs).

Para Kalil (1996), a modernização da agricultura reorganizou a estrutura produtiva, favorecendo sobretudo o interesse dos capitais externo e interno em detrimento do pequeno proprietário rural de base familiar. Por um lado, houve maciço investimento no setor

³ O Vab é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. Por questões metodológicas, nesta pesquisa houve o somatório do setor terciário. Entre 1985 e 1998 o setor terciário estava dividido em serviço, comércio e demais serviços; a partir de 1999, passou a ser dividido em serviços e administração pública (Fee, 2020).

⁴ Dados retirados do portal Comex stat, do Ministério da economia, em <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>, acessado em 27 agosto 2020.



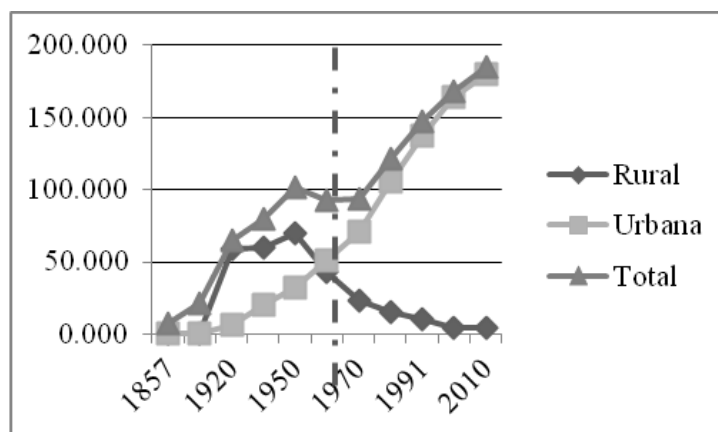
primário através do agronegócio, por outro, o pequeno proprietário passou a enfrentar dificuldades, processo que favoreceu o êxodo rural (Kalil, 1996).

O Gráfico 2 permite traçar um comparativo entre a evolução da população total, urbana e rural. Observa-se o crescimento demográfico acelerando, mesmo considerando as sucessivas emancipações de sedes distritais que vinham acontecendo desde o início do século XX, bem como a década de 1960 em que a população urbana ultrapassou a população rural.

O êxodo rural acelerou o processo de urbanização demandando novas áreas de moradia. A partir deste momento, se inicia a construção de duas cidades: a área central, bem infraestruturada e equipada, que passa a se verticalizar; e outra, periférica, através de novos loteamentos.

A Figura 2 apresenta a cobertura do solo para 1988⁵. É possível observar a ocupação urbana dispersa proveniente dos parcelamentos abertos entre a década de 1950 e 1980 que ampliaram a área periférica ao serem executados de forma não contínua. Soma-se a isso que, sem o advento da lei n.6766/79, foram executados sem a infraestrutura e equipamentos básicos, gerando uma configuração urbana extensa, ampliando a segregação socioespacial (Kalil, 1996).

Gráfico 2 - Evolução da população e distinção entre população urbana e rural



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações dos Censos demográficos realizados pelo Ibge.

⁵ O mapa apresentado na Figura 2 refere-se ao território atual do município e não o daquele ano, onde alguns municípios ainda não haviam se emancipado, a saber: Ernestina (1988), Coxilha (1992), Gentil (1992), Pontão (1992), Mato Castelhana (1992). A divisão por bairros foi criada em 2005, sua apresentação é para melhor compreensão do texto.



Em 1984 foi aprovado o II Plano diretor de desenvolvimento urbano (Pddu) sob a égide do planejamento integrado. O Plano estabeleceu como objetivo geral definir não apenas a estrutura física do espaço, mas diretrizes orientadoras para o desenvolvimento do município, buscando criar condições para elevar os níveis de qualidade de vida e do desempenho das atividades produtivas, com menor custo social (Passo Fundo, 1979). Dentre as ações estruturadoras da organização física estavam o controle do perímetro urbano dentro das rodovias perimetrais executadas naquela década.

Por outro lado, os programas habitacionais contribuíram para a dispersão do território urbano, ainda que dentro dos limites estabelecidos pelo Pddu, especialmente o conjunto habitacional promovido pela Cohab/Rs a partir de financiamentos do Bnh, Pró-morar, hoje bairro José Alexandre Zacchia (setor 16) (A, na Figura 4), que segue segregado da malha urbana. Nas décadas de 1990 e 2000, agora sob comando do poder público municipal, outros conjuntos foram executados de maneira pulverizada, especialmente nos setores 8 e 9, próximos a interface rural-urbana. Neste setor, cabe destacar o Lot. Jaboticabal (B, na Figura 4).

Em 2006, foi instituído o Plano diretor de desenvolvimento integrado (Pddi). O plano buscou ampliar de forma homogênea as densidades nas áreas periféricas, mantendo praticamente a mesma poligonal definida pelo Pddu. Em relação a interface rural-urbana, o plano priorizou os acessos rodoviários ao uso industrial e estimulou novos programas habitacionais com o gravame de Zona especial de interesse social (Zeis) em vazios urbanos periféricos. Especialmente para este trabalho, trazemos o setor 8 – Caso 1 na Figura 4 –, local de característica rururbana e que vem passando por rápida transformação em uma associação das Zeis e o financiamento promovido pelo programa Minha casa minha vida (Mcmv)⁶.

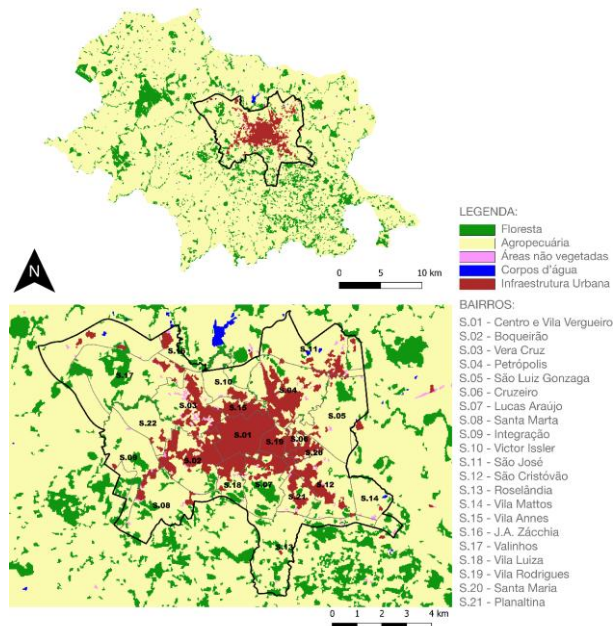
Por outro lado, até meados da década de 2000, a alta renda seguia localizada na área central, seja em bairros de ambiência residencial, seja nos novos edifícios em altura permitidos pela legislação do Pddu. Essa dinâmica vai se alterando ao longo do tempo, onde a verticalização se expande para bairros circunvizinhos ao centro, estimulados agora pelo Pddi. Recentemente, seguindo tendência nacional, surge o condomínio fechado destinado às classes média-alta e alta. O condomínio fechado representa uma ruptura da dinâmica atual, tendo em vista que as classes altas passam a habitar também as áreas periféricas. Essa modalidade imobiliária é especialmente pertinente a este artigo, tendo em vista sua localização junto aos limites do perímetro urbano, como explorado no caso 3 (na Figura 4).

A Figura 3 apresenta a cobertura do solo em 2018, permite afirmar que as áreas produtivas foram preservadas e que a urbanização concentra-se dentro do perímetro urbano definido pelo Pddi, salvo exceções permitidas pela flexibilização da legislação urbanística, apresentadas na sequência. As porções noroeste e sudoeste (Setores 8, 9 e 22) apresentam ainda a maior parte dos espaços livres e, devido a isso, características rururbanas.

⁶ Programa habitacional criado pelo Governo federal em 2009. Contempla diversas faixas de renda.

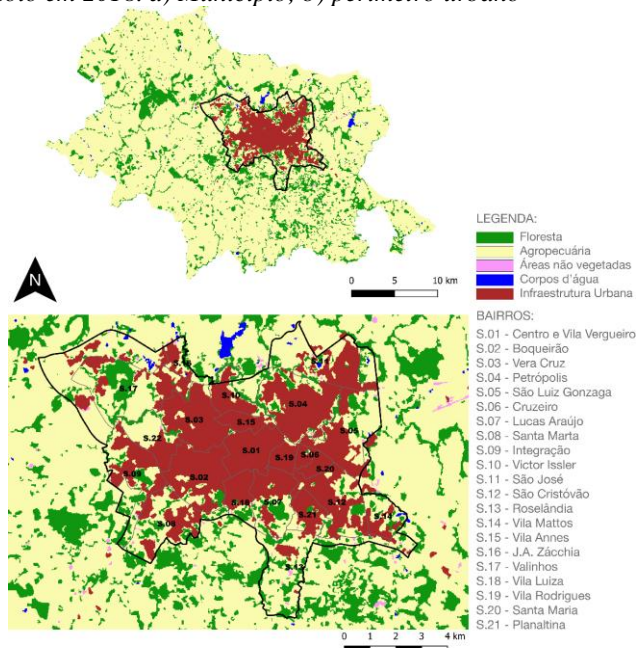


Figura 2 - Cobertura do solo em 1988. a) Município; b) perímetro urbano



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MapBiomas 4.1.

Figura 3 - Cobertura do solo em 2018. a) Município; b) perímetro urbano



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MapBiomas 4.1.



O Gráfico 3 demonstra, em uma série histórica, a evolução das diferentes coberturas do solo entre 1988 e 2018. Observa-se que as áreas de floresta se mantiveram praticamente estáveis, com um crescimento de 8,8%. A agropecuária, como apresentada nos mapas de cobertura de solo, foi separada em agricultura e pastagens. Observa-se que neste período a área destinada a agricultura teve um incremento de 39,18%, ao passo que as áreas de pastagem tiveram uma redução em 74,09%. Essa redução drástica é explicada em função do aumento da área relacionada a agricultura e, sobretudo, ao aumento de 146,64% referente à infraestrutura urbana, já que parte considerável das áreas de pastagem se localizavam contiguamente a área já urbanizada.

A partir do conjunto de fatores socioeconômicos, políticos e legais, identificou-se que a interface rural-urbano do município apresenta heterogeneidade de usos, proveniente de diversos fatores e temporalidades, de acordo com a definição de Miranda (2009) e demais autores apresentados na sessão anterior. Identificou-se três dinâmicas relativas à interface rural-urbana: 1) delimitação clara entre rural e urbano; 2) expansão do urbano sobre o rural e 3) permanência do rural sobre o urbano, sintetizadas na Figura 4.

Observa-se que aquelas áreas onde há uma delimitação clara entre rural e urbano é fruto de empreendimentos habitacionais (pontos A e B). Estas áreas, apesar de estarem a margem, apresentam densidade alta relativamente ao seu entorno, por volta de 60 hab/ha e 40 hab/ha, com entorno de aproximadamente 20 hab/ha, sendo que a área central apresenta 100 hab/ha. Possuem carência em infraestrutura e ocupações irregulares, tendo como renda média⁷ entre 1 e 2 salários mínimos. Há também a implantação de condomínios fechados. Além do tratado no caso 3, há os condomínios Vivenda das palmeiras e Bosque village (pontos H e I), localizados dentro do Perímetro urbano; e o Condomínio morada além do horizonte, implementado na década de 1980 fora do Perímetro urbano e, atualmente, com ocupação predominante de classe média (ponto J).

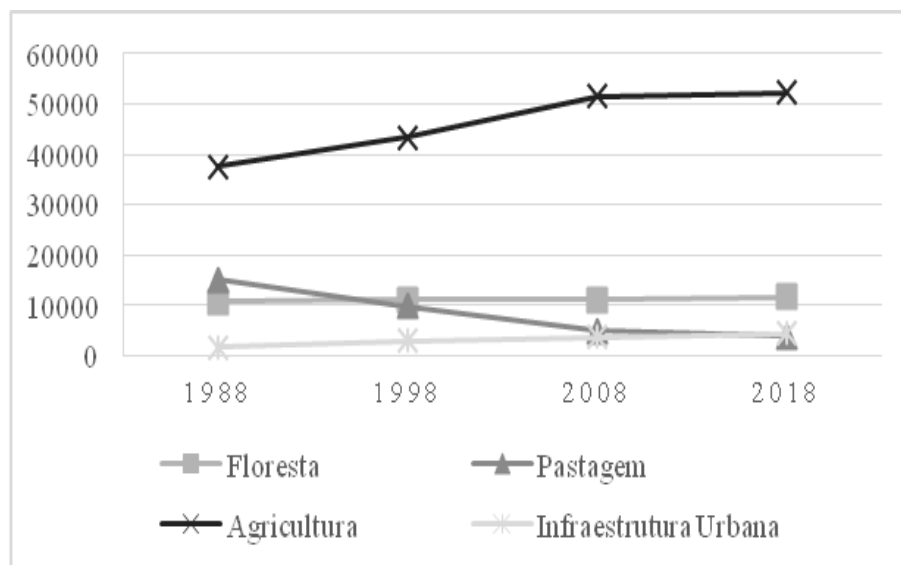
Em relação ao meio natural, a interface rural-urbana apresenta corredores ecológicos que acompanham os cursos d'água. O Pddi criou as áreas 'de preservação ambiental' e de 'recreação e turismo' como instrumento de preservação destas áreas através do regramento urbanístico. É o caso do setor 8, tratado no caso 1, junto ao lajeado Alexandre e demais cursos d'água; da área próxima ao caso 2, que refere-se ao arroio Pinheiro Torto e à Reserva particular do patrimônio natural (Rppn) Maragato; do rio Passo Fundo, ao Norte, próximo à área tratada no caso 3, em que pese a alta poluição e à leste, apontado como ponto G na Figura 4. O ponto D refere-se Complexo turístico da roselândia, uma área de 200 ha, onde concentra diversas atividades como o Parque de rodeio, sedes de clubes, escola de equitação,

⁷ Valor do rendimento nominal médio mensal das responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento).



Ctg e kartódromo, em termos ambientais, concentra arroios e formações vegetais compostas por espécies nativas, incluindo araucárias.

Gráfico 3 - Transformação da cobertura do solo entre 1988 e 2018 (em ha)



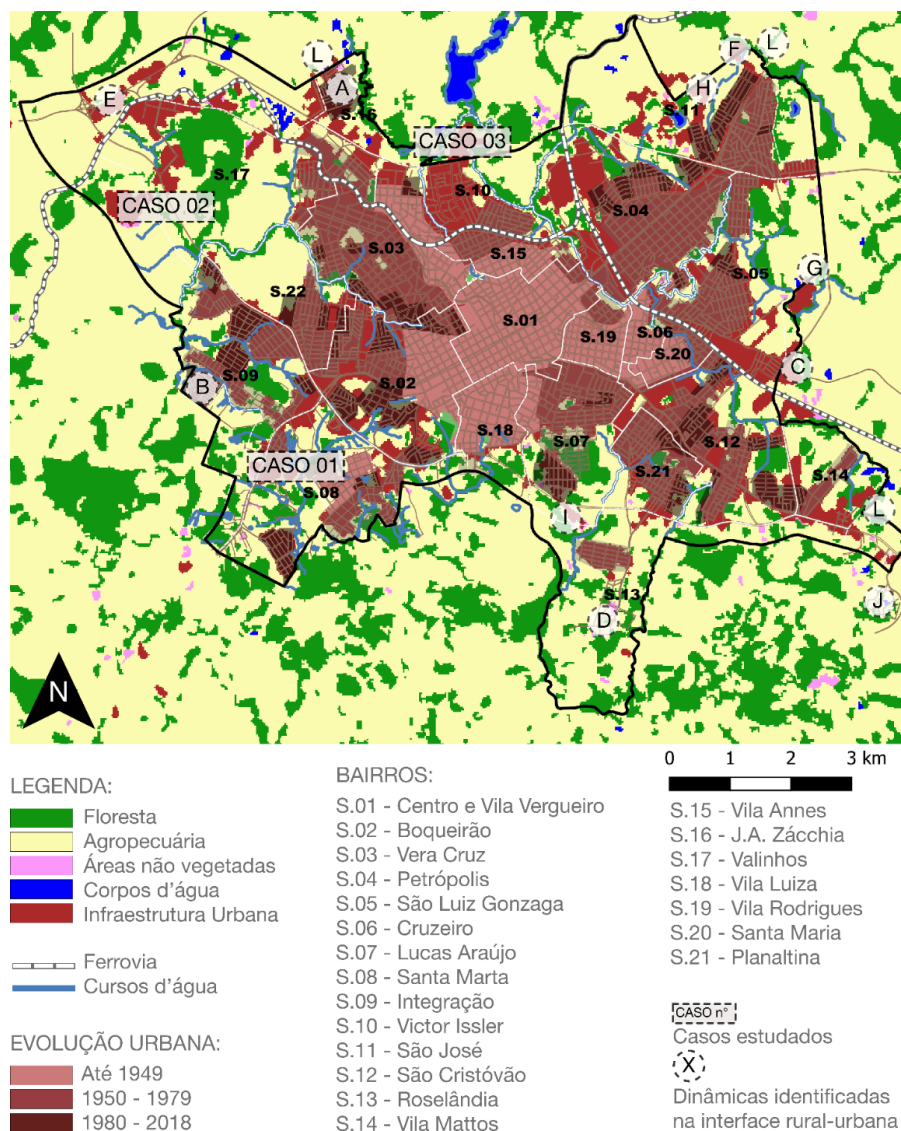
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do MapBiomias 4.1.

A Figura 4 representa também a evolução dos loteamentos em três períodos: Até 1949; entre 1950 e 1979 e a partir de 1980. É possível observar a relação entre a implantação dos loteamentos do segundo período e a ocupação espraiada, sobretudo nos vetores oeste e sudeste. Observa-se ainda que os loteamentos que foram implementados no terceiro período ocuparam, majoritariamente os vazios urbanos que se formaram entre 1950 e 1979.

A Figura 4 representa também a evolução dos loteamentos em três períodos: Até 1949; entre 1950 e 1979 e a partir de 1980. É possível observar a relação entre a implantação dos loteamentos do segundo período e a ocupação espraiada, sobretudo nos vetores oeste e sudeste. Observa-se ainda que os loteamentos que foram implementados no terceiro período ocuparam, majoritariamente os vazios urbanos que se formaram entre 1950 e 1979.



Figura 4 - Mapa-síntese das dinâmicas que ocorrem na interface rural-urbano sobre o uso do solo de 2018; divisão por bairros e evolução dos parcelamentos



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de informações obtidas junto ao MapBiomias 4.1, Prefeitura municipal e observações in loco.



Em termos de planejamento, embora os limites do perímetro urbano tenham passado por poucas alterações entre aquele definido pelo Pddu e o implementado pelo Pddi, este último passou a apresentar a possibilidade de flexibilização de sua poligonal através de outros instrumentos que não necessariamente impliquem em sua alteração – é o que Santoro (2014) chamou de normas híbridas. Essa possibilidade é uma alternativa já que o Ec, em 2009, passou a exigir uma série de estudos para a alteração do perímetro urbano. Como forma de flexibilizá-lo, o Pddi passou a permitir que áreas definidas como Zue (Zona de uso especial) e Zeis pudessem ser gravadas em áreas contíguas ou não ao perímetro urbano. Até 2019, apenas a Zeis referente ao lot. Canaã havia sido gravada fora, ainda que contígua ao Perímetro urbano (ponto F), as Zues foram utilizadas, sobretudo para viabilizar empreendimentos logísticos, igualmente de forma contígua, como no ponto C, por exemplo. Por outro lado, a Lc n.448/2019 e posteriores gravaram novas áreas como Zeis contíguas ao perímetro urbano (pontos L na Figura 4), convertendo solo rural em urbano, representando a especulação sobre a terra. Embora essa alteração ainda não tenha refletido sobre a paisagem, identifica-se nelas possibilidades de grande alteração tendo em vista o potencial construtivo e de adensamento desta zona⁸.

Considerando o papel das Zeis, pode-se observar ainda que há uma repetição dos processos de construção da segregação socioespacial que formaram outros locais da paisagem da interface rural-urbano ao alocar a população de baixa renda no espaço periurbano. Pelo lado dos empreendimentos de alta renda, a modalidade condomínio fechado, além de ser viabilizado pelo gravame de Zue, foi regulamentado pela Lei de parcelamento do solo do município (Lc n.230/2009), denominando-os como ‘condomínios urbanísticos’.

A partir das dinâmicas identificadas, foram selecionados três casos, apresentados a seguir. A análise destes casos buscou verificar a materialização da paisagem através das características identificadas na interface rural-urbana, considerando as dinâmicas socioeconômicas e legais que as constituíram.

4.1. Caso 1: setor 8 - bairro Santa Marta

A ocupação desta área remonta a década de 1930, sendo que outros parcelamentos foram ocorrendo no entorno entre as décadas de 1950 e 1980 (Prodin, 2009). Observa-se na Figura 5^a que, embora o parcelamento seja antigo, a ocupação, em 2000, era esparsa e a urbanização, incompleta. Durante a década de 2000, a área passou a ser objeto de implantação de programas habitacionais do

⁸ O regime urbanístico da Zeis foi modificado em 2009, ampliando seu potencial construtivo, representado pelo coeficiente de aproveitamento (de 0,8 para 1,5) e de adensamento, representado pela Cota ideal por dormitório (de 60 m² para 15 m², valor igual ao praticado em áreas mais centrais).



poder público municipal. O Pddi, em 2006, gravou grandes glebas na região destinada a habitação de interesse social, através das Zeis. Essa produção se intensificou a partir de 2009 com o Mcmv, do governo federal, e por outro lado, com a flexibilização do regramento referente a Zeis, aumentando seu potencial construtivo e de adensamento. A partir de então, houve a produção tanto destinada a habitação de interesse social (Faixa 1, do Mcmv), como produção destinada ao mercado imobiliário através do financiamento deste programa (Faixas 2 e 3, do Mcmv), o que intensificou o processo de urbanização, atrelado ainda a infraestruturação da área como pavimentação e instalação de equipamentos urbanos. Em termos morfológicos, passou a haver a implantação de condomínios verticais entre cinco e nove pavimentos e condomínios horizontais (com características distintas em relação ao caso 03, apresentado na sequência, já que nesta área são destinados a média-baixa e baixa renda). Na Figura 5^b é possível verificar a transformação do bairro.

Figura 5 - Ocupação da área referente ao Caso 1 em: a) 2000 e b) 2020



Fonte: Google earth.

É possível observar na Figura 6 que a paisagem apresenta características tanto naturais quanto construídas, reforçadas a partir de elementos como os maciços de vegetação e o empreendimento habitacional. Estas características dificultam a leitura da paisagem somente como rural ou somente como urbana, propiciando uma leitura heterogênea da paisagem. O ambiente construído, em primeiro plano e a área vegetal e natural contrastam com a paisagem construída ao fundo, referente a área urbana consolidada. Em termos legais, especificamente a este empreendimento, sua implantação só foi possibilitada pela flexibilização da legislação, através de alterações do zoneamento da área, originalmente gravado como Zona de ocupação controlada 1 (Zoc-1), passando a Zeis.



Figura 6 - Análise gráfica da paisagem: caso 1 - setor 8



Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2. Caso 2: Rs-324

A área explorada no caso 2 encontra-se situada às margens da Rs-324. Parte da área foi incorporada ao perímetro urbano pelo Pddi, e passou a ser destinada a usos industriais de modo a utilizar o potencial logístico oferecido pela rodovia. Entretanto, como é possível verificar na Figura 7, não foram observadas grandes transformações na região, prevalecendo ainda grandes áreas destinadas à produção agrícola e à preservação de espaços naturais.

Figura 7 - Ocupação da área referente ao caso 2 em: a) 2000 e b) 2020



Fonte: Google earth.



Na Figura 8, pode-se verificar a relação entre a área edificada e a cobertura vegetal que predomina na paisagem. Observa-se que, mesmo sendo uma área passível de urbanização, a paisagem predominante é a natural e produtiva. A concentração edificações, embora se estabeleça como um conjunto construído que possibilita identificar uma paisagem construída, não se sobressai em relação à área vegetada, mesmo estando dentro do perímetro urbano do município. A área vegetada compõe o corredor ecológico formado pelo Arroio Pinheiro Torto e a Reserva particular do patrimônio natural Maragato.

Figura 8 - Análise gráfica da paisagem. Caso 2 - Rs-324



Fonte: Elaborado pelos autores.

4.3. Caso 3: Condomínio la barra

A área explorada no caso 3 trata-se do condomínio la barra, condomínio fechado destinado ao uso residencial unifamiliar, localizado na interface rural-urbana ao norte, junto a Br-285. Trata-se de empreendimento de alto padrão, com aproximadamente 30 ha e 157 lotes, que variam entre 600m² e 2.376m², contornado pelo rio Passo Fundo e uma massa de vegetação nativa. Há apenas um acesso, junto a Br-285, o que garante alta acessibilidade a área central pelo lot. cidade nova. Na Figura 9 é possível verificar a transformação da área e o entorno formado por elementos naturais.



Figura 9 - Ocupação da área referente ao caso 3 em: a) 2000 e b) 2020



Fonte: Google earth.

A Figura 10 apresenta a vista das margens do perímetro urbano, sendo este condomínio localizado na zona rural. Observa-se que há uma grande quantidade de edificações na área condominial. Ressalta-se o contraste representado pela grande incidência de edificações, favorecido pela topografia da gleba, caracterizando-se como paisagem construída; a paisagem natural, representada pela massa vegetal ciliar do rio Passo Fundo e ao fundo, a paisagem produtiva.

Figura 10 - Análise gráfica da paisage. Caso 3 - Condomínio la barra



Fonte: Elaborado pelos autores.



A dinâmica identificada nesta área refere-se ao avanço da área urbana sobre o rural. Em termos legais, para viabilizar a implantação do empreendimento, a área, localizada fora dos limites urbanos, foi gravada como Zona de uso especial (Zue), com regramento próprio.

5. Considerações finais

Observou-se que a paisagem na interface rural-urbana é heterogênea e fragmentada, fruto de diversas temporalidades e rugosidades, bem como dos conflitos e interesses de diferentes agentes. Em diversos pontos não é possível identificar claramente a zona urbana e a zona rural. Em muitos trechos urbanos, constata-se o que Cullen (1971) denomina desurbanismo. Tal conceito referido pelo autor descreve como ‘desurbanismo’ aquela sensação de estar num espaço dentro da zona urbana que apresente rurais, como foi possível constatar nos estudos de caso 01 e 02. Já no terceiro caso estudado, encontra-se a situação oposta: uma área rural que apresenta uma paisagem construída relevante, com as edificações de um condomínio fechado contrapondo o entorno produtivo e a paisagem natural.

Verificou-se a influência das racionalidades externas através da agricultura científica e globalizada (Santos, 2020), destinada à exportação no controle da expansão urbana, como identificado nas pesquisas de Santoro (2014). Por outro lado, em que pese o controle sobre a expansão, identificou-se também a pressão por diferentes agentes que buscam maximizar a renda sobre o solo urbano através da flexibilização da legislação urbanística que, indiretamente, alteram o perímetro urbano – as normas híbridas identificadas por Santoro (2014).

Observou-se que relativamente ao uso residencial, há contrastes de renda e infraestruturação: por um lado, as políticas públicas habitacionais de décadas passadas deixaram marcas na paisagem, criando espaços segregados e mal infraestruturados; por outro, os condomínios de alta renda implantados recentemente criam uma nova paisagem, avançando sobre as áreas produtivas e naturais, igualmente segregados da área urbana consolidada. Considerando o gravame de Zeis, esta é uma tendência crescente, ao menos em parte da interface rural-urbana.

Por outro lado, deve-se considerar as tentativas do poder público sob a manutenção das áreas naturais e produtivas ao 1) manter o perímetro urbano como premissa, essencialmente abarcando a área já urbanizada e 2) com a criação de zoneamento específico destinado a preservação de áreas naturais.

Esta ocupação esparsa, especialmente nas bordas do tecido urbano, evidencia a forma fragmentada na qual o capital vem se instalando nas cidades. É preciso, portanto, repensar a forma como o planejamento urbano vem se materializando na paisagem urbana, especialmente em sua interface rural-urbana, tendo em vista a fragilidade destas áreas e, por



outro lado a existência de vazios urbanos onde há a possibilidade de garantir a expansão da cidade dentro do perímetro urbano, a partir de uma política urbana que responda à complexidade da cidade e sua interdependência com as áreas naturais e produtivas.

Referência bibliográfica / References

- Balestro F., *Avaliação da influência da configuração espacial no processo de modificação de tipo de ocupação de zonas rurais: estudo de caso em Estância Velha/RS*, dissertação (mestrado), Programa de pós-graduação em planejamento urbano e regional, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- Brasil, *Lei n.6.766*, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, «Diário Oficial da União», Brasília, 1979.
- Brasil, *Estatuto da cidade (Ec)*, lei n.10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, «Diário Oficial da União», Brasília, 2001.
- Cullen G., *Paisagem urbana*, Edições 70, Lisboa, 1971.
- Delgado J., Galindo C., *Los espacios emergentes de la dinámica rural-urbana*, problemas del desarrollo, «Revista Latinoamericana de Economía», 37(147), pp.187-216.
- Fee-RS - Fundação de economia e estatística, *Pib municipal: série histórica*, em <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>, acessado 7 julho 2020.
- Fritz F.L.F., Miguel L.A., Fritz K.B.B., *Diferenciação e dinâmica dos sistemas agrários do município de Passo Fundo no Planalto médio do Estado do Rio Grande do Sul*, «Desenvolvimento em Questão», 16(42), 2017, pp.301-341.
- Gabe M.A., *Flexibilização do perímetro urbano e suas repercussões sobre a expansão urbana: estudo de Lajeado/RS (1984-2016)*, dissertação (mestrado), Programa de pós-graduação em planejamento urbano e regional, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- Kalil R.M.L., *Espaço-cidadão: a dimensão urbana regional e local*, «Boletim Gaúcho de Geografia», 21(1), 1996.
- Limonad E., *Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização*, «Geographia», 1(1), 2009, pp.71-91.
- Macedo S.S., *Produção da paisagem urbana contemporânea brasileira no final do século 20*, «Paisagem e Ambiente. Ensaios», 14, 2001, pp.143-170.
- Machado F.S., *Agricultura e reestruturação espacial na interface rural-urbana: questões teórico-metodológicas centrais à pesquisa*, «Campo-Território: Revista de Geografia Agrária», 9(17), 2014, pp.194-229.



- Miranda L.I.B., *Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios*, «Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais», 11(1), 2009, pp.25-40.
- Monte-Mór R.L., *O que é o urbano, no mundo contemporâneo*, «Revista Paranaense de Desenvolvimento», 111, 2006, pp.9-18.
- Monte-Mór R.L., *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental, território, globalização e fragmentação*, Hucitec/Anpur, São Paulo, 1994, pp.169-181.
- Passo Fundo (Município), *Lei complementar n.170, de 2006. Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento integrado - Pddi do município de Passo Fundo*, Passo Fundo, 2006.
- Passo Fundo (Município), *Lei complementar n.2.133, de 1984*, aprova o II plano diretor de desenvolvimento urbano de Passo Fundo; dispõe sobre as normas do I Plano Diretor da cidade que permanecerão vigentes; e dá outras providências, Passo Fundo, 1984.
- Passo Fundo (Município), *Lei complementar n.230, de 2009*, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no município de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.
- Passo Fundo (Município), *Relatório de avaliação ambiental (Raa) do Programa de desenvolvimento integrado do município de Passo Fundo (Prodin)*, Passo Fundo, RS, 2009, em http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/multimedia/relatorio_avaliacao_ambiental_pro_din.pdf, acessado 28 julho 2020.
- Passo Fundo (Município), *Lei complementar n.448*, de 11 de novembro de 2019, altera zoneamento e cria zona de uso especial e zonas de interesse..., Passo Fundo, 2019.
- Piccinini L.T.S., Trusiani E., *A análise espacial e a paisagem urbana: transformações da cidade favelada. Um estudo em Porto Alegre*, in *Pluris. 4º Congresso luso-brasileiro para o Planejamento urbano, regional, integrado, sustentável*, Portugal, 2010, em http://pluris2010.civil.uminho.pt/congresso_actas_ID.html, acessado em 20 novembro 2019.
- Prudente L.T., *O lugar da interface rural-urbana no planejamento territorial: estudo de caso da região metropolitana de Porto Alegre/Rs*, in *Anais I congresso brasileiro de geografia política, geopolítica e gestão do território*, Editora Letra 1, Porto Alegre, Rebrageo, Rio de Janeiro, 2014.
- Queiroga E.F., *Razão pública e paisagem: reflexões e subsídios teórico-conceituais para o entendimento e para a qualificação da urbanização contemporânea*, «Paisagem e Ambiente. Ensaios», 34, 2014, pp.9-34.
- Queiroga E.F., Benfatti D.M., *Sistemas de espaços livres urbanos. Construindo um referencial teórico*, «Paisagem e Ambiente. Ensaios», 24, 2017, pp.81-88.
- Santoro P.F., *Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana*, «Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais», 16(1), 2014, pp.169-187.



- Santoro P.F., Lemos P.N., Bonduki N., *Cidades que crescem horizontalmente: o ordenamento territorial justo da mudança de uso rural para urbano*, in «Cadernos Metr pole», 12(24), 2010, pp.417-440.
- Santos M., *A natureza do espaço*, 4^a ed., 5^a reimpr., Edusp, São Paulo, 2009^a.
- Santos M., *A urbaniza o brasileira*, 5^a ed., 2^a reimpr., Edusp, São Paulo, 2009^b.
- Santos M., *Por uma outra globaliza o: do pensamento único   consciência universal*, 30^a ed., Record, Rio de Janeiro, 2020.
- Soares P.R.R., Ueda V., *Cidades m dias e moderniza o do território no Rio Grande do Sul*, in Sposito M.E.B. (org.), *Cidades m dias: espaços em transi o*, Expressão Popular, São Paulo, 2007, pp.379-412.
- Sobarzo O., *Passo Fundo: cidade média com fun es comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio*, in Sposito M.E.B., Elias D., Soares B.R. (org.), *Agentes econ micos e reestrutura o urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*, Expressão Popular, São Paulo, 2010, pp.29-100.
- Trusiani E., Rigatti D., *Arquitetura e paisagem na Serra Gaúcha. Migra o italiana e territorialidade*, 1^a ed., Nuova Cultura, Roma, 2017.
- Verdum R., *Perceber e conceber a paisagem*, in Verdum R. et al. (orgs.), *Paisagem. Leituras, significados e transforma es*, Editora da Ufrgs, Porto Alegre, 2012, pp.77-99.

Recebido: 30.09.2020

Aprovado: 23.01.2021

